

# **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE): POLÍTICA PÚBLICA QUE DEFENDE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL, AGROECOLOGIA E COMBATE À FOME**

Xenusa Pereira Nunes<sup>1</sup>  
Xirley Pereira Nunes<sup>2</sup>  
Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira<sup>3</sup>

## **RESUMO**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um política pública que busca promover o acesso à alimentação adequada ofertando alimentação que supra as necessidades nutricionais dos alunos. O trabalho justifica-se por permitir reflexões sobre a relação entre o PNAE e segurança alimentar e nutricional (SAN), desenvolvimento territorial sustentável, agroecologia e o combate à fome. Foi realizada uma revisão de literatura objetivando buscar informações sobre a importância do PNAE para a SAN, desenvolvimento territorial sustentável, agroecologia e o combate à fome. Foram selecionados artigos das bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, publicados entre 2007 e 2019, utilizando os descritores: “alimentação escolar”, “desenvolvimento sustentável” e “agroecologia”. O operador booleano utilizado foi “AND” e o período de coleta foi de 18/09/2019 a 24/10/2019. Também foram usados livros, manuais, leis e resoluções. O critério de inclusão foi: estudos originais publicados de 2007 a 2019 e de exclusão: artigos fora do período especificado. Foram utilizados 06 artigos, 02 livros, 01 manual 01 Resolução. O PNAE impulsiona à economia local, pois determina a compra de alimentos proveniente da agricultura familiar, além de contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis, SAN e diminuição da pobreza. Também contribui com a preservação da biodiversidade, utilização sustentável dos recursos na produção de alimentos, incentivo da agricultura familiar e das práticas de Agroecologia. Conclui-se que PNAE oferta alimentos saudáveis aos alunos, contribui com o desenvolvimento territorial sustentável, apoia a agroecologia e a compra de alimentos da agricultura familiar, contribuindo assim com combate à fome.

**Palavras-chave:** Alimentação escolar, Desenvolvimento sustentável, Agroecologia, Segurança alimentar e nutricional.

## **INTRODUÇÃO**

A ocorrência da fome e as dificuldades para o atendimento das necessidades nutricionais da população é um dos sérios problemas que vêm desafiando os governantes

---

<sup>1</sup>Doutoranda pelo Curso de Pós- Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal do Vale do São Francisco - BA, [xenusa.nunes@gmail.com](mailto:xenusa.nunes@gmail.com);

<sup>2</sup>Doutora em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos pela Universidade Federal da Paraíba - PB, [xirley.nunes@univasf.edu.br](mailto:xirley.nunes@univasf.edu.br);

<sup>3</sup>Doutora em Desenvolvimento Sócioambiental pela Universidade Federal do Pará – PA, [lucia.oliveira@univasf.edu.br](mailto:lucia.oliveira@univasf.edu.br).

(ARUUDA; ARRUDA, 2011). A insegurança alimentar e a fome assolam milhares de seres humanos no mundo (CARVALHO; SILVA, 2014).

O Estado tem a função de promover o bem-estar da sociedade através de políticas públicas em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, entre outras (SOARES; SANTOS, 2016).

Dentre as políticas públicas que buscam promover o acesso à alimentação adequada podemos citar: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, Distribuição de Alimentos a Públicos Específicos, Carteira Indígena e programas de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos no Semiárido Nordeste (CONSEA, 2010).

Alguns dos Programas de Alimentação Escolar (PAE) surgiram desde 1940 e foram implantados, inicialmente, em países menos desenvolvidos, como recurso de proteção social e com finalidade de reduzir a fome e a desnutrição dos estudantes, bem como diminuir os níveis de pobreza e de evasão escolar, sendo que em cada país o programa expandiu-se de formas diferentes, apesar de algumas características iniciais serem comuns (SCHWARTZMAN, 2015).

Vários países, de diferentes contextos socioeconômicos, da América do Norte, América do Sul, África e Europa, associaram a demanda de alimentos com a intenção de fornecer uma alimentação saudável aos escolares e estão realizando a compra de gêneros alimentícios a produtores locais, ação essa que trabalha os dois lados do sistema alimentar, produção e consumo, apresentando resultados positivos para o meio ambiente, a economia e a alimentação servida nas escolas (SOARES; CABALLERO e DAVÓ-BLANES, 2017).

No Brasil, o PNAE existe desde 1950 (SCHWARTZMAN, 2015) e tem como propósito ofertar alimentação que supra as necessidades nutricionais, dos alunos, durante o período em sala de aula, sendo considerado o mais antigo e o maior programa de alimentação e nutrição do Brasil (CARVALHO; SILVA, 2014).

O presente estudo justifica-se por permitir reflexões e contribuir com os debates sobre a relação existente entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial sustentável, agroecologia e o combate à fome, mostrando a importância do PNAE. Trata-se de uma revisão de literatura objetivando investigar, na literatura científica, informações que comprovassem a importância do PNAE para a segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial sustentável, agroecologia e o combate à fome, tanto para os estudantes como para os agricultores familiares.

## **METODOLOGIA**

Foram selecionados artigos das bases de dados LILACS, MEDLINE e SCIELO, publicados no período de 2007 a 2019, utilizando os seguintes descritores: “alimentação escolar”, “desenvolvimento sustentável” e “agroecologia”. O operador booleano utilizado nestas bases foi “AND” e o período de coleta desses dados foi de 18/09/2019 a 24/10/2019. Também foram utilizados livros, manuais, leis e resoluções que versam sobre o tema em questão. O critério de inclusão foi estudos originais publicados de 2007 a 2019 e de exclusão: artigos fora do período especificado. Dois pesquisadores independentes realizaram as buscas. No caso dos artigos foram realizadas leituras a partir do título, passando pelo resumo e, caso atendessem aos critérios de inclusão, foi realizada a leitura completa do estudo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Após as buscas, nas bases de dados, foram encontradas 06 artigos e todos atenderam aos critérios de inclusão. Também foram utilizados na presente revisão, um total de 02 (dois) livros, 01(um) manual e 01 (uma) Resolução.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa social do Governo Federal brasileiro na área de alimentação e nutrição, sendo considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, além de ser o único com atendimento universalizado.

Nos últimos anos, o tema Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tem sido debatido tanto no Brasil quanto internacionalmente (SOARES; SANTOS, 2016), e no cenário internacional, o Brasil é um dos países que mais progride nos debates e nas execuções de políticas, programas e ações governamentais e não governamentais que buscam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SOARES; SANTOS, 2016).

Segundo Sousa *et. al.* (2015):

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma das políticas públicas brasileiras que têm estabelecido estreito diálogo com os princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia. Diretrizes de execução, alinhadas com a temática da sustentabilidade, foram estabelecidas pela Lei nº 11.947, promulgada em julho de 2009, que estipula recursos para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, preferencialmente orgânicos, revelando preocupações ambientais e sociais, voltadas ao desenvolvimento da economia local (Sousa *et. al.*, 2015, p.217).

O PNAE é uma ferramenta de impulso à economia local, pois determina a compra de alimentos proveniente da agricultura familiar, além de contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis, diminuição do ciclo da pobreza (SCHWARTZMAN, 2015), SAN e Direito Humano à Alimentação Adequada (BADUE, 2007)

A resolução 38/2009, no Art. 18 estabelece (BRASIL, 2009),

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme o artigo 14, da Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009).

A Lei nº 11.947/2009 trouxe mais uma alternativa de comercialização, diversificação e geração de renda para os agricultores familiares, fortalecendo a cadeia de produção e melhorando a economia dos municípios, e também colabora com a manutenção dos hábitos alimentares locais e com o fornecimento de alimentos saudáveis aos alunos beneficiários do programa.

Desde a década de 1990 a agricultura familiar tem sido tema de debate em relação aos desenvolvimentos local e territorial sustentáveis, segurança alimentar e geração de emprego e renda, objetivando fortalecer suas capacidades institucionais, produtivas e econômicas (SCHWARTZMAN, 2015).

Soares; Caballero e Davó-Blanes (2017) afirmam que a compra de alimentos locais tem sido intensificada após o surgimento de problemas ambientais, sociais e de saúde vinculados à expansão das tecnologias agrícolas (revolução verde) e das políticas liberais que conduziram a modificações no sistema alimentar, que apesar de ter expandido a oferta de alimentos também aumentou as desigualdades socioeconômicas, com consequências negativas no meio ambiente, alimentação e saúde da população.

Sendo assim, programas de alimentação escolar aplicados em vários países simbolizam uma oportunidade para promover sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis através da compra direta de agricultores locais (SOARES *et al*, 2017). Esta compra direta aos produtores locais também atende às determinações da Segurança Alimentar e Nutricional do Programa Fome Zero, no tocante à alimentação escolar, quando afirma que a compra de alimentos para a merenda de agricultores locais traz benefícios tanto para as crianças quanto para a economia da região.

O PNAE também executa as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN): preservação da biodiversidade, utilização sustentável dos recursos na produção de alimentos, incentivo da agricultura familiar e das práticas de Agroecologia (SOUZA *et al*, 2015), estimulando à adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar, sendo considerado uma das estratégias para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Carvalho e Silva (2014) relatam que a alimentação servida nas escola é a única ou a principal refeições de muitas crianças e jovens em idade escolar, e que o PNAE deixou de ter o caráter complementar e tornou-se suplementar.

Por esse motivo, o PNAE estabelece que a alimentação servida aos alunos beneficiários deve suprir, parcialmente, suas necessidades nutricionais durante sua permanência em sala de aula, através da oferta de no mínimo uma refeição diária, contribuindo com o rendimento escolar e desenvolvimento físico e psíquico dos alunos, bem como colaborando com a diminuição da evasão escolar e melhora do estado de saúde dos mesmos.

Quando o aluno está matriculado em meio período e recebe apenas uma refeição ela deve fornecer pelo menos 20% das necessidades calóricas (Kcal) diárias. Caso receba duas refeições ou seja aluno indígena ou quilombola elas devem fornecer juntas, no mínimo 30% das Kcal. Já alunos matriculados em período integral devem receber 70% das necessidades energéticas diárias através da alimentação servida na escola.

Sendo assim, através da alimentação escolar podemos incentivar hábitos alimentares saudáveis, respeitando a cultura, as tradições e a preferência alimentar local (CARVALHO; SILVA, 2014).

De acordo com Sousa *et. al* (2015):

As novas diretrizes do PNAE, ao exigirem que os alimentos sejam comprados de agricultores familiares e ao orientarem a preferência por alimentos orgânicos ou ecológicos, representam potencial avanço na consolidação da Agroecologia e dos sistemas agroalimentares sustentáveis no Brasil, com base na ação local. Cumprindo essas diretrizes, o Programa também exerce um importante papel no fortalecimento das premissas do desenvolvimento rural sustentável e no acesso a alimentos saudáveis e adequados, de acordo com as premissas da PNSAN (Sousa *et. al.*, 2015, p.222)

O Programa determina a restrição da compra de alguns alimentos como os enlatados, embutidos, doces, alimentos compostos, alimentos concentrados, preparações prontas e semiprontas, alimentos com quantidade elevada de sódio ou gordura saturada e bebidas com baixo teor de nutricional; e incentiva o resgate de hábitos saudáveis quando opta por alimentos frescos e *in natura*, em detrimento de produtos processados (SOUZA *et al*, 2015).

Para garantirmos a Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos e contribuirmos com os propósitos do PNAE precisamos incentivar a volta dos sistemas de abastecimento de produtos naturais, conservados com o mínimo de elementos essenciais para a sua duração, que não tenham utilização de agrotóxicos e que sejam sustentáveis, colaborando também com o Desenvolvimento Territorial, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e diminuição da fome.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma política pública de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deve englobar várias vertentes, elos, ações e programas que vão desde os tipos de alimentos pertencentes à cesta básica até o acesso e utilização de recursos naturais, agricultura familiar e urbana, educação nutricional, sustentabilidades, entre outros, envolvendo ações em diversas áreas como educação, agricultura, saúde, emprego e renda, etc.

O PNAE oferta alimentos saudáveis aos alunos, durante sua permanência em sala de aula e contribui com o desenvolvimento territorial sustentável pelo fato de apoiar a agroecologia e a compra obrigatória de alimentos oriundos da agricultura familiar, atitudes que contribuem no combate à fome tanto dos estudantes como dos agricultores familiares e seus dependentes.

Diante do exposto, fica claro a relação existente do PNAE como segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial sustentável, agroecologia e combate à fome.

## **REFERÊNCIAS**

ARRUDA; BERTOLDO KRUSE GRANDE DE; ARRUDA; ILMA KRUSE GARNDE DE. Políticas de alimentação no Brasil: Breve enfoque dos delineamentos conceituais e propositivos. *In*: TADDEI, JOSÉ AUGUSTO et.al. (ed). **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. Cap.25, p.397-410.

BADUE, ANA FLÁVIA BORGES. **Inserção de hortaliças e frutas orgânicas na merenda escolar: as potencialidades da participação e as representações sociais de agricultores de Parelheiros**. 2007. 265 f. Dissertação (Mestrado Saúde Pública/Serviços de Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo - SP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Diário Oficial da União. 17 jul 2009.

CARVALHO, ANDRÉIA SANTOS; SILVA, DENISE OLIVEIRA. Perspectivas de segurança alimentar e nutricional no Quilombo de Tijuçu, Brasil: a produção da agricultura familiar para a alimentação escolar. **Interface-Comunicação Saúde Educação**, v. 18, n. 50, 521-532, 2014.

CONSEA. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil- indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais**. Brasília, nov, 2010.

SCHWARTZMAN, FLÁVIA. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores em municípios do estado de São Paulo**. 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Ciências/ Nutrição em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, São Paulo - SP, 2015.

SOARES, PANMELA; MARTÍNEZ-MIÁNC, MARIA ASUNCIÓN; CABALLEROD, PABLO; VIVES-CASESB, CARMEN; DAVÓ-BLANESB, MARI CARMEN. Alimentos de producción local em los comedores escolares de Espana. **Gac Sanit**. v. 31, n .6, 2017.

SOARES, LUANA PADUA; SANTOS, LEONOR MARIA PACHECO. Políticas e programas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. *In: SILVA, Cassiano Oliveira da; et al (Org). **Segurança alimentar e nutricional***. 1. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2016. cap.2, p. 13-23.

SOARES, PANMELA; CABALLEROC, PABLO; DAVÓ-BLANES, MARI CARMEN. Compra de alimentos de proximidad en los comedores escolares de Andalucía, Canarias y Principado de Asturias. **Gac Sanit**. v. 31, n. 6, 2017.

SOUZA, ANETE ARAÚJO; SILVA, ANA PAULA FERREIRA DA; AZEVEDO, ELAINE DE; RAMOS, MARIANA OLIVEIRA. Cardápios e sustentabilidade: ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Rev. Nutr**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 217-229, mar./abr. 2015.